

Memórias das Trabalhadoras Rurais de Candéal-BA sobre Trabalho Infantil na Época que eram Crianças e/ou Adolescentes.

Luciano Saraiva Filho¹; João Diogenes Ferreira dos Santos²

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduando em Psicologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, lucianosaraivapsi@protonmail.com

2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: jdfsantos@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Memória; trabalho infantil; Relações de Gênero.

INTRODUÇÃO

O trabalho infantil constitui uma realidade do país. Em nível nacional, temos leis que proíbem o exercício desse tipo de trabalho, fixando normas para a sua regularização. Destarte, o sistema jurídico brasileiro dispõe de três instrumentos que possuem como objetivo o impedimento do exercício do trabalho feito por crianças e adolescentes, são estes: Constituição Federal do Brasil de 1988, Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT de 1943 e Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990 (IBGE, 2017), além da Portaria de nº 458, de 04 de outubro de 2001, que estabelecem diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Assim, no Brasil, a Constituição Federal proíbe o trabalho às pessoas com a idade menor que dezesseis anos. Também não é permitido o trabalho noturno, nem o perigoso ou o insalubre para pessoas entre dezesseis anos e dezoito anos incompletos. No que se refere à forma de trabalho no regime de aprendiz, só é permitido o ingresso aos adolescentes a partir dos quatorze anos de idade (BRASIL, 1988).

Mesmo com o marco legal da proibição do trabalho infantil, são diversos os fatores que condicionam a existência do trabalho realizado por criança na realidade brasileira, entre estes podemos citar: a fragilidade socioeconômica em que milhares de famílias da classe trabalhadora de baixo poder aquisitivo vivenciam, cotidianamente, as péssimas condições de sobrevivência; os padrões culturais que legitimam o trabalho precoce, pois, na visão ideológica, o trabalho é entendido como regenerador para crianças e adolescentes das classes trabalhadoras. Além disso, temos a persistência de formas irregulares de contrato do trabalho infantil que dificultam sua constatação e eliminação enquanto problemática social (SILVA, 2008).

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil- FNPETI (2019), com base nos dados do IBGE, afirma que, no Brasil, há 2,4 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que estão trabalhando. Trabalham na agricultura, na pecuária, no comércio, nos domicílios, nas ruas, na construção civil, etc. O Nordeste e o Sudeste são regiões que apontam o maior índice do trabalho precoce – sendo que a primeira registra o percentual de 33%, e a segunda de 28,8% da população infantil que está no mundo do trabalho. Desta forma, é possível entrever que a existência do trabalho infantil enquanto realidade social se distribui de forma desigual pelas diferentes regiões brasileiras.

Outros dados apontam que há também uma disparidade do trabalho infantil no que se refere ao critério de cor ou raça. Tendo como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD Contínua (2018). Os dados revelam que tanto no grupo de faixa etária de 5 a 13 anos de idade, quanto no de 14 a 17 anos, havia uma predominância de crianças pretas e pardas, se comparadas com as brancas. Sendo que no primeiro grupo etário, de 5 a 13 anos de idade, as crianças pretas e pardas representavam 71,8% e no segundo grupo etário, de 14 a 17 anos, o mesmo grupo étnico-racial representava 63,2%.

No que se refere à distribuição do trabalho por categoria de sexo, temos que da totalidade de crianças que se encontravam em ocupação no ano de 2016, 34,7% eram do sexo feminino e 65,3% do sexo masculino. Por outro lado, se observada a ocupação por faixa etária, segundo o sexo, tanto nacionalmente quanto do ponto de vista regional, é possível verificar o aumento da participação feminina no trabalho, no grupo de 14 a 17 anos de idade, em comparação com o grupo dos menores de 5 a 13 anos de idade (IBGE, 2017).

Outro dado importante que a referida pesquisa apresenta é referente ao tipo de atividade que estas crianças e adolescentes ocupavam e, nesse aspecto, “no Brasil, 47,6% das pessoas de 5 a 13 anos de idade exerciam atividade agrícola em 2016, enquanto 21,4% das pertencentes ao grupo de 14 a 17 anos de idade encontravam-se ocupadas nessa atividade” (IBGE, 2017 p. 4). Esse tipo de atividade é predominante em ambientes rurais e entre as crianças de idade menores, como é possível inferir através deste último dado apresentado. Elas são mais propensas à essa modalidade de atividade laboral.

Diante dos dados que aqui foram postos, se faz notório que diferentes marcadores sociais se inter cruzam quando se trata da problemática do trabalho infantil, condicionando sua distribuição e permanência no campo das relações sociais. Assim, destacam-se, notadamente, a proeminência do gênero, do critério étnico-racial, de classe, enquanto delineadores que perfazem a existência do trabalho infantil na sociedade brasileira. Nessa perspectiva, para apreendermos esta realidade na qualidade de problema social, é de fundamental importância a inserção dessas categorias analíticas como forma de qualificarmos a compreensão desta temática.

Nessa direção, esta pesquisa teve como objetivo analisar as memórias das trabalhadoras rurais do município de Candéal – BA em relação às suas experiências quando trabalhavam na época em que eram crianças e/ou adolescentes. Os objetivos específicos da pesquisa foram: investigar os aspectos econômicos e sociais do município de Candéal; analisar a trajetória histórica do trabalho infantil no espaço rural do Brasil e da Bahia; investigar as atividades exercidas pelas trabalhadoras rurais no referido município; e, por fim, analisar as concepções dessas trabalhadoras rurais sobre o trabalho infantil.

Portanto, a questão colocada que norteia esta pesquisa é a seguinte: Quais as memórias das trabalhadoras rurais do município de Candéal–BA em relação às suas experiências quando trabalhavam na época que eram crianças e/ou adolescentes? A partir das narrativas dessas mulheres, trabalhadoras rurais, buscamos compreender de que maneira a memória e a atividade laboral se tecem no trabalho rural do município de Candéal– BA.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

No que se refere à metodologia, utilizamos o recurso da entrevista semiestruturada enquanto instrumento metodológico para coleta de dados da pesquisa. A entrevista semiestruturada “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2009, p. 64).

Entrevistamos, por meio remoto, utilizando o aplicativo *Whatsapp*, sete trabalhadoras rurais do município de Candéal. Mulheres estas de diferentes comunidades que compõem o município. Foram mulheres trabalhadoras das seguintes comunidades: Fazenda Laranjo; Fazenda Tamburi; Fazenda Vassoura; Fazenda Nova América e Fazenda Morro do Curral.

O caminho para localizar as participantes da pesquisa foi trilhado de forma diversa daquele proposto, inicialmente, no Plano de Trabalho. Isto se deu devido ao contexto da pandemia da COVID- 19, em que o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde

Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) (BRASIL, 2020). Diante desse cenário, foram criadas normas sanitárias, entre elas, o isolamento social, uma estratégia para contenção do vírus, o que impossibilitou nossa ida até o município e, conseqüentemente, de termos acesso às instituições alvo, que seriam o intermédio entre nós e as participantes da pesquisa. As instituições eram a Associação de Mães e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Candeal.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

A memória é uma importante categoria analítica que propicia a compreensão de variados aspectos da sociedade. Valores, preceitos, costumes, hábitos e ideais a serem alcançados são reforçados no campo do social através da memória coletiva, produzida a fim de socializar os sujeitos e grupos. Nessa perspectiva, a memória pode ser compreendida enquanto um processo coletivo que se constitui através das interações sociais dos indivíduos e dos grupos. São essas interações que produzem memórias coletivas que, pelo fato de serem coletivas, podem ser alvo de manipulação com o objetivo de atender a propósitos determinado (OLIVEIRA, 2017). Tendo em vista que a memória coletiva pode ser utilizada como estratégia de manipulação, portanto capaz de formar e contribuir com a manutenção de determinadas relações sociais, podemos perceber que, em relação à memória do trabalho no seio da sociedade brasileira, se construiu a concepção de que o trabalho era necessário às camadas populares como forma de manter a dominação e fazer funcionar a engrenagem do modo de produção capitalista.

Assim, para crianças e adolescentes constituintes das classes trabalhadoras de baixo poder aquisitivo se incutiu a noção do trabalho como forma de controle, sendo esta noção produzida e alimentada pela classe dominante. Por isso, “as memórias sobre o trabalho foram formadas ao longo dos tempos, de modo a ser percebido como a melhor escola para a classe trabalhadora” (OLIVEIRA, 2017, p.23).

A partir das narrativas das mulheres trabalhadoras rurais que foram entrevistadas, vemos como se estabelecem as imbricações entre memória, gênero e trabalho, sendo que este último passa a ser visto como disciplinador e moralizador para crianças e adolescentes. Para crianças e adolescentes do gênero feminino, são atribuídas as atividades domésticas e as específicas da roça, acumulando, assim, dupla ou tripla jornada de trabalho. Foram mulheres trabalhadoras, em sua quase totalidade mulheres negras, com renda de até um salário-mínimo, que moram ou trabalham na lavoura nas seguintes comunidades: Fazenda Laranjo; Fazenda Tamburi; Fazenda Vassoura; Fazenda Nova América e Fazenda Morro do Curral.

Ao lembrar o trabalho que exerciam na infância, as entrevistadas reconstróem na atualidade suas memórias e, nesse processo, avaliam o presente através das experiências que tiveram. Assim, essas trabalhadoras rurais identificam no trabalho, na família e na escola, a forma de mitigar as questões relativas à comercialização e ao uso de substâncias ilícitas pelos jovens daquele município.

Por mais que as entrevistadas percebam a importância da escolarização para seus filhos e, também, para crianças e adolescentes em geral, concebem o trabalho como ferramenta de socialização e disciplina desses sujeitos. Diante disso, visualizamos como são complexas as relações estabelecidas entre trabalho infantil, memória e gênero. Inferimos que essas mulheres tiveram diversos direitos negados, sobretudo, o de ser criança e o direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias das trabalhadoras rurais de Candeal revelam a existência do trabalho infantil desde muito cedo em suas vidas. Todas elas começaram a trabalhar com menos

de dez anos de idade. E no espaço familiar, era realizada a divisão sexual do trabalho, demarcando os papéis de gênero determinados, socialmente, para homens e mulheres.

Com isto, as meninas tinham dupla ou tripla jornada de trabalho, pois era da responsabilidade das mesmas as atividades domésticas, o trabalho na lavoura e, em alguns casos, o cuidado com crianças mais novas, ou idosos e idosas (avós, avôs, tios, tias, etc). No que se referem às suas concepções de trabalho infantil, todas concebem o trabalho feito por crianças e adolescentes enquanto viável como mecanismo de disciplina e como formação moral desses indivíduos, já que desde muito cedo foram socializadas no trabalho. Ademais, colocam a importância do processo de escolarização das crianças e adolescentes e centram no papel da família e escola como instituições responsáveis pela socialização desses indivíduos. As memórias coletivas dessas mulheres reconstróem um passado e o enquadram no presente, tecendo através de suas vivências, a existência do trabalho feito por crianças e adolescentes. Desse modo, a presença do trabalho infantil, para estas mulheres trabalhadoras rurais, se dá tanto a nível ideológico e moralizador como também enquanto realidade social concreta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 06 set. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: trabalho infantil 2016** pnadcontínua. Trabalho infantil 2016 PNADcontínua. 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Glenda Felix. **O trabalho infantil por meio das memórias das feirantes da CEASA de Vitória da Conquista-BA**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Uesb, Vitória da Conquista, 2017.

SILVA, Jorge Alexandre da. **Trabalho Infantil: uma discussão no fio da navalha. 2008**. Dissertação (Mestrado) do Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.